



FISCAL | Publicação do pacote de austeridade

Foi ontem publicada a Lei n.º 12-A/2010, que aprova o conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice, bem como o controlo do crescimento da dívida pública, objectivos previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Salientamos algumas das medidas adoptadas:

- A tributação adicional sobre o rendimento das pessoas singulares correspondente ao aumento de 1% nas taxas aplicáveis até ao 3.º escalão de rendimentos e ao aumento de 1,5 % a partir do 4.º escalão de IRS;
- O aumento de 1,5 % das taxas liberatórias de IRS;
- A aplicação de uma sobretaxa sobre o rendimento das pessoas colectivas, através de um aumento de 2,5% em sede de IRC incidente sobre a parte do lucro tributável superior a 2 milhões de euros;
- Aumento das taxas do IVA em 1%, passando a taxa reduzida para 6%, a intermédia para 13% e a normal para 21%.

No entanto, tendo sido suscitadas dúvidas sobre a constitucionalidade de algumas normas contidas neste diploma, nomeadamente quanto ao seu carácter retroactivo, o Presidente da República tornou pública a sua intenção de solicitar ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva da constitucionalidade daquelas disposições, após a sua entrada em vigor. Neste pressuposto, restará aguardar pela posição do Tribunal Constitucional no que respeita às questões cuja constitucionalidade será suscitada.

